



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi

Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm e da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi

Aos 15 dias do mês de setembro de 2021 foi realizada a **13ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, em conjunto à da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi, correspondendo à 6ª Reunião conjunta** entre ambos conselhos, com início em segunda chamada às 09:00 horas, pelo site <https://us06web.zoom.us/j/82235767675?pwd=M3h5Qnp0N3V6Q29xWE0rVGlsSC9Xdz09> e pelo link <https://www.zoom.us>, com registro e controle da presença dos conselheiros e gravação da reunião. Do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, estavam presentes: José Bento da Rocha - Secretário-Executivo do CEMAm e representante da Subsecretaria de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da SEMAD e João Ricardo Raiser, Suplente; Robson Disarz - Suplente, representante da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável, Proteção Ambiental e Unidades de Conservação da SEMAD; Emanuel Pinheiro de Faria, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; Renato Meneses Tôrres, representante da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC; Raissa Alves Rodrigues, Suplente, representante da Secretaria de Estado da Retomada - SER; Leandro Lazzari Ciotti, representante do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Goiás - IBAMA/GO ou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Fabio Camargo Ferreira, representante

dos Municípios com mais de 200 (duzentos) mil habitantes - Aparecida de Goiânia; Ioav Blanche, representante das entidades empresariais que compõem o fórum empresarial - Federação do Comércio do Estado de Goiás - FECOMÉRCIO; Elaine Lopes Noronha Farinelli - Suplente, representante das entidades empresariais que compõem o fórum empresarial - Federação das Associações Comerciais, Industriais, Empresariais e Agropecuárias do Estado de Goiás - FACIEG; Nicali Bleyer Ferreira dos Santos, representante das Universidades - Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Clarismino Luiz Pereira Junior, representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de Goiás - OAB GO e Artur Ricardo Siqueira de Sousa - Suplente; Fábio Miguel da Silva Borges, representante das Associações profissionais - Associação Goiana de Engenharia Florestal - AGEF e Daniela Haun de Araújo Serafim, representante do Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO. Do Conselho Estadual de Recursos Hídricos estavam presentes João Ricardo Raiser - suplente, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e Secretário-Executivo do CERHi; José Bento da Rocha, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e Marco José Melo Neves - suplente; Eduardo Henrique da Cunha, Suplente, representante da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR; Camila Dantas Lucio Roncato, representante da Empresa de Saneamento de Goiás - SANEAGO e Mário César Guerino - suplente; Antonio Martins Borges Neto, representante da CELG Geração e Transmissão S/A - CELG GT; Thiago Castro, representando a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - FAEG; Elaine Lopes Noronha Farinelli - suplente, representando a Federação das Indústrias de Goiás - FIEG; Fábio Floriano Haesbaert, representando a Associação dos Mineradores de Águas Termais do Estado de Goiás - AMAT; Hornella Crysthine Urzeda Duarte, representante do Fórum Goiano de Comitês de Bacias Hidrográficas; *Kleber Teodomiro M. Formiga*, representante da Universidade Federal de Goiás - UFG; Angela Maria Lavalle Barbeito - Fundação César Baiocchi, representante da Sociedade Civil Organizada; Marcos Antônio Correntino da Cunha, Titular, representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH-GO e Jose Vicente Granato de Araujo, Suplente; Daniela Haun de Araújo Serafim, representante do Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO e Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme, suplente. Como convidados, participaram Maria José Onofre Santos, Marcos Aurélio Gomes Antunes, Og Arão Vieira Rubert, André de Oliveira

Amorim, Núbia Maia, José de Moraes Neto, Albano Araújo, Dionatas Costa Resende e Pedro Paulo Alves Godoi, da SEMAD; Anselmo Claudino e Ludmila Taia, do MPGO; Carlos Eduardo da Silva Faria, da SEDI; Tiago Nepomuceno Carvalho e Alessandra Francisca dos Santos, da AGR; Lucia Helena Santos Pinheiro e Paulo Almeida, da SANEAGO; Adriano Barcelos, de Senador Canedo e Alessandro Santos. Iniciando a reunião, José Bento da Rocha, da SEMAD, deu boas vindas e agradeceu a presença de todos os participantes e passou a palavra para João Ricardo Raiser, da SEMAD, que confirmou o quórum de ambos os conselhos, apresentou orientações para a realização da reunião e pauta da reunião: I - Abertura da sessão e verificação do quórum dos dois Conselhos; II - Ordem do dia: ITEM 1 - Apresentação da SEMAD sobre a situação hidroclimatológica no Estado e na Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte; ITEM 2 - Apresentação da SEMAD sobre as ações já implementadas e planejadas visando o enfrentamento à escassez hídrica no Estado, com foco no trecho da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Meia Ponte; ITEM 3 - Apresentação dos usuários e demais entidades sobre as ações já implementadas e planejadas visando ao enfrentamento à escassez hídrica no Estado, com foco no trecho da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Meia Ponte; e ITEM 4 - Discussão e proposição de ações complementares para o enfrentamento à situação de escassez hídrica na bacia do Alto Rio Meia Ponte, III - Tribuna livre e IV - Encerramento. André de Oliveira Amorim, da SEMAD, demonstrou o gráfico das precipitações mensais de 2015 a 2021, destacando que no período de outubro a dezembro houve uma quantidade abaixo da média na maioria dos anos e que no período de janeiro a abril, há chuvas irregulares e pancadões. No período seco, de maio a início de outubro, não houve chuva significativa. Em outro gráfico mostrou as vazões médias de 2019 a 2021 e também a média dos últimos cinco anos informando que ao final do período chuvoso a vazão do rio Meia Ponte diminuiu. Demonstrou o sistema de monitoramento das motobombas onde os usuários estão com equipamentos para a apresentação de números reais para a tomada de decisão. Informou que não há previsão de chuva para os próximos 15 dias e a previsão é que ocorram na segunda quinzena de outubro. Que o monitor de secas, outra ferramenta utilizada em conjunto com a Agência Nacional de Águas, mostra a bacia do rio Meia Ponte em janeiro com uma seca grave e depois moderada e que em julho, a bacia apresenta uma situação de seca grave. Que há previsão que o fenômeno la niña interfira diretamente na questão das chuvas, podendo ocorrer chuvas irregulares e abaixo da

média. Informou que as ocorrências dos eventos extremos serão cada vez mais iminentes no Estado e no Brasil sendo necessárias ações estratégicas para mitigar os efeitos. Clarismino Luiz Pereira Junior, da OAB/GO, disse que a inversão térmica também compromete o meio ambiente com o material particulado em suspensão e compromete a saúde da população e solicitou uma discussão sobre o efeito da estiagem, a inversão térmica e os elementos particulados, informando se o monitoramento está sendo feito e sobre os equipamentos que ficaram montados para este fim em 1998. João Ricardo Raiser informou que essa questão não está em pauta da reunião e sugeriu uma discussão em outra reunião. Antonio Martins Borges Neto, da CELG GT, questionou se a coloração branca no mapa indica que não vai haver grandes alterações com relação às médias normais e se a cor azul são alterações positivas e as vermelhas negativas. Disse que o Estado de Goiás, na maioria do período chuvoso, tem uma coloração azul e que em momento nenhum aparece uma coloração vermelha e questionou se há uma tendência da hidrologia repetir as médias verificadas nos últimos anos. André de Oliveira Amorim, da SEMAD, informou que não haverá uma hidrologia melhor e que a única coisa que se cria no Estado de Goiás é massa de ar seco e que a tendência é a repetição de um problema hídrico e que vai afetar toda a cadeia produtiva. Antonio Martins Borges Neto, da CELG GT, questionou o significado da cor azul. André de Oliveira Amorim informou que significa a possibilidade de anomalias positivas de chuvas concentradas, sem um resultado favorável. Antonio Martins Borges Neto, da CELG GT, disse que pelos mapas, o vermelho é péssimo, o branco é ruim e o azul é horrível. André de Oliveira Amorim disse que o que foi demonstrado é a repetição do problema com o la niña, devido a falta de chuva no sul do país. Anselmo Claudino de Sousa, da MP/GO, questionou sobre o monitoramento das bombas. Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme, do MP/GO disse que a Deliberação coloca que plano de racionamento deve ser apresentado pela SANEAGO e aprovado pela AGR e que não tem conhecimento das ações implementadas em relação ao plano e que o papel da reunião conjunta é, além de conhecer, pensar juntos em implementar as ações. Que outra ação prevista na Deliberação é a redução de 50% das captações outorgadas e que o monitoramento eletrônico não é suficiente e é preciso fiscalizações pela SEMAD para confirmar se as captações estão reduzidas e questionou também quais as ações estratégicas para o abastecimento. João Ricardo Raiser informou que as questões são relacionadas ao próximo item de pauta, ITEM 2 - Apresentação da SEMAD sobre as ações

já implementadas e planejadas visando o enfrentamento à escassez hídrica no Estado, com foco no trecho da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Meia Ponte. Marco José Melo Neves, da SEMAD, informou que a tendência de chuvas e secas mais extremas será cada vez mais comum pelos prognósticos e que, respondendo a questão apresentada por Antonio Martins Borges Neto, da CELG GT, a cor azul apresentada no mapa pode ser aproveitada com dois tipos de reservação, a cinza e a verde, como reservatório para acúmulo de água para regularizar a vazão e a reservação verde, de revegetação das bacias e reservação de água no solo e que, quanto maior as ações de conservação de solo com barraginhas e terraceamentos, mais o solo e os reservatórios absorverão mais água mesmo que em pancadas de chuva. Que é preciso trabalhar com governança, gestão e gerenciamento. Quanto às ações desenvolvidas pela SEMAD e a evolução da governança dos recursos hídricos no Estado de Goiás, a SEMAD tem procurado uma mudança de abordagem na gestão de recursos hídricos entendendo que a água é um recurso limitado, dotada de valor econômico e prioridade de uso múltiplo, gestão por bacia, gestão descentralizada; baseada em princípios da OCDE de governança das águas em cooperação entre partes interessadas; processo de gestão das águas baseado em evidências e não em suposições, previsão hidroclimatológica, fluviometria e monitoramento da demanda por água; processo de gerenciamento da demanda e da disponibilidade em tempo real; estruturação de processo de alocação negociada da água e regularização progressiva dos usuários de água nas bacias críticas Meia Ponte, Piancó, Caldas, São Marcos, Verdinho, Lages e Abóboras; mobilização e parcerias com proprietários de barragens para liberação de defluência emergencial adicional nas bacias dos rios Meia Ponte e Piancó; conscientização e orientação quanto ao uso racional da água; comunicação sobre a situação da bacia do Rio Meia Ponte e campanhas sobre uso racional nos meios de comunicação e mídias sociais. Quanto às ações de planejamento institucionais para o projeto edição 2021, destacou a Nota Técnica CIMEHGO, monitoramento do período chuvoso 2020/2021, com a projeção hidroclimatológica para o período de estiagem; a Nota Técnica nº 01/2021, Projeto de Segurança Hídrica Alto Meia Ponte; a Deliberação nº 17/2021; o Decreto Estadual nº 9.872 e a Resolução Conjunta do CEMAm e CERHi nº 04/2021. Sobre a implementação das ações planejadas de curto prazo para o projeto edição 2021, destacou a sala de situação e monitoramento de riscos e desastres naturais - CIMEHGO; seleção de usuários e monitoramento de vazões

captadas em tempo real; monitoramento da disponibilidade hídrica em tempo real no ponto de controle; seleção de barragens e parcerias com seus proprietários para liberação de defluência emergencial adicional se necessário; ações de comunicação, informação, conscientização e orientação; ações de notificação e fiscalização. Que, quando aos níveis críticos foram sendo observados, a SEMAD promoveu ações de gerenciamento como, já em maio de 2021, a orientação a usuários de água na bacia e informação sobre o projeto edição 2021 diária na página do CIMEHGO sobre vazão e nível de criticidade. Que, com os níveis de atenção, alerta e crítico 1, 2 e 3, foram providenciadas publicação e divulgação na página do CIMEHGO. Que, após a ocorrência dos níveis críticos 2 e 3, a SEMAD entregou notificações e advertências em mãos dos usuários outorgados. Que como avaliação de meio termo, cita que a previsão hidroclimatológica para o período seco de 2021 tem sido observada na bacia em tela e, mais amplamente, na bacia hidrográfica do rio Paraná; as projeoes hidroclimatológicas para 2022 sugerem continuidade das condioes hídricas desfavoráveis, com reduao nas precipitaoes e na vazão dos mananciais; até o dia 14 de setembro de 2021, as vazões observadas no ponto de controle no Rio Meia Ponte, atingiram o nível crítico 3; as aoes de curto prazo propostas pela SEMAD para o projeto segurança hídrica alto rio Meia Ponte, ediao 2021, vêm sendo implementadas conforme planejado, tendo sido realizadas as aoes previstas até o momento. Que a SEMAD apresenta como sugestões ampliar a metodologia de avaliaao da reduao/ampliaao dos volumes captados depois de emitidas as notificaoes; ampliar o número de motobombas monitoradas; iniciar processo de alocaao negociada da água na bacia do Meia Ponte, com a ampliaao da regularizaao dos usuários de água; revisar as outorgas vigentes; ampliar de forma coordenada as aoes de conservaao de solo e água na bacia; ampliar a reservaao de água na bacia, especialmente para atendimento do abastecimento público. Clarismino Luiz Pereira Junior, da OAB/GO, disse que em 1998 a preocupaao estratégica da gestão ambiental de Goiás era em relaao não a quantidade de água a montante de Goiânia, mas sim a qualidade de água a jusante de Goiânia e que atribui esta questão mais aos eventos climáticos extremos do que ao aumento do consumo. Marco José Melo Neves, da SEMAD, informou que a necessidade de melhoria da qualidade da água  fundamental e que a SEMAD tem realizado o monitoramento da qualidade em seis ou sete pontos para a criaao de uma série histórica. Fabio Camargo Ferreira, de

Aparecida de Goiânia, disse que quando se começou a falar da crise mais acentuada na distribuição de água, havia pouca captação e não se sabia direito o que fazer mas hoje existe uma estratégia, pensando ao máximo possível para frente e sempre melhorando a cada ano que passa para não faltar água na torneira de ninguém. Mas que cada vez mais vai diminuindo mais a quantidade de água e que a reservação da água por barramento poderia ser uma salvação para manter a água no Meia Ponte e questionou ao Marco José Melo Neves como está esta questão na SEMAD. Marco José Melo Neves disse que existem dois tipos de barramento para reservação e que entende que o melhor é a reservação verde, segurando a água na bacia, mas que a bacia do Meia Ponte não tem tanta capacidade de aquífero para segurar e liberar água aos poucos. Que além da reservação do solo, precisa também de reservatórios e que dos 25 reservatórios, existem 6 de porte maior. Que entende que precisa de um reservatório regional na bacia para regularização de fato, principalmente para abastecimento público. Fábio Floriano Haesbaert, da AMAT, disse que nas duas últimas décadas houve um aumento exponencial de perfurações de mini poços e que a água subterrânea principalmente as mais superficiais, mas as mais profundas também, fazem parte do balanço hídrico e há a necessidade de ter um controle com sistema telemétrico, que pode ser implantado pelo usuário. Marco José Melo Neves disse que a SEMAD está com processo de contratação de estudos para o Araxá. Anselmo Claudino de Sousa, do MP/GO, questionou onde e quando o relatório da SEMAD será divulgado e se os dados relacionados ao monitoramento estarão disponíveis para acompanhamento público. Questionou se na modalidade de monitoramento por meio de equipamentos há legislação para embasar um auto de infração e a partir de qual momento os usuários passarão a ter obrigatoriedade de fazerem o monitoramento do que estão fazendo a partir das deliberações do CERHi. Marco José Melo Neves disse que o relatório ficará público no site da SEMAD e será enviado para os órgãos de controle externo. Que a ideia é finalizá-lo até o início da próxima semana e que os dados do monitoramento em tempo real serão apresentados de forma consolidada nos relatórios de monitoramento. Quanto a obrigatoriedade do monitoramento, a SEMAD obriga aos outorgados a implementação do custo do outorgado e que, quanto aos aspectos legais há, nas condicionantes de outorga, a obrigatoriedade para ser implementado. Que a SEMAD faz o monitoramento em tempo real, que é mais barato e é possível para o usuário outorgado

implementar. Que foi submetido um projeto ao Ministério da Justiça, ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, ampliando para 400 pontos monitorados na bacia do Meia Ponte e do Piancó. João Ricardo Raiser disse que a previsão está prevista no regulamento do sistema de outorga determinado pelo Conselho para a SEMAD, no sentido de diretrizes para monitoramento. Anselmo Claudino de Sousa, do MP/GO, questionou se futuramente os outorgados serão obrigados a fazer o monitoramento. Marco José Melo Neves disse que os outorgados já são obrigados e são notificados desde o ano passado para que implementem o monitoramento. Anselmo Claudino de Sousa, do MP/GO, questionou se há um percentual sobre os usuários que já implementaram. Marco José Melo Neves disse que os outorgados, por bancarem o sistema, tiveram uma permanência do funcionamento e que a SEMAD estava com 19 pontos de monitoramento e isso significa cinco outorgados obrigados a implementar. Marcos Antônio Correntino da Cunha, da ABRH-GO, disse que para se fazer uma gestão de recursos hídricos é necessário ter uma avaliação e para isso é preciso monitoramento. Que o que entra numa bacia está evaporando muito e infiltrando pouco e é necessário saber a condição das variáveis hidrológicas para outorgar. Questionou se há um estudo sobre qualidade de água em relação às doenças de veiculação hídrica que aumentam com a seca. Sobre o monitoramento via satélite, entende que se deixar para os usuários, o funcionamento será precário, pois não conseguem dar manutenção nos equipamentos. Que Goiás já está passando da hora de fazer um zoneamento econômico ecológico para direcionar os planos de recursos hídricos. Marco José Melo Neves, da SEMAD, disse que o zoneamento econômico de Goiás é importante e que do ponto de vista de recursos hídricos, a SEMAD quer fazer o zoneamento da água, com bases hidrológicas confiáveis, com séries históricas de pelo menos dez anos e que está sendo firmado um acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Águas. Que o monitoramento via satélite, ao invés de adquirir o equipamento, a sugestão é adquirir a prestação de serviços. Quanto às doenças de veiculação hídrica, certamente tem algum estudo, mas supõe que essa questão será melhor respondida pelos representantes da academia. Quanto às variáveis de entrada e saída, chuva, escoamento, vazão e demais variáveis, a base que está sendo atualmente utilizada ficará mais aprimorada com o Acordo de Cooperação que está sendo firmado com a ANA e também por um estudo de contas econômicas ambientais da água que está em processo de implementação e estudo que tem uma avaliação

das bases existentes atualmente, além das bases que estão sendo produzidas nos planos das bacias do Paranaíba. Que a evapotranspiração potencial é um tema importante e já está no radar e quanto ao monitoramento de uma forma geral, existem algumas estações que possuem séries históricas boas e que estão sendo implementadas mais dez estações telemétricas no Meia Ponte. João Ricardo Raiser passou para o ITEM 3 - Apresentação dos usuários e demais entidades sobre as ações já implementadas e planejadas visando o enfrentamento à escassez hídrica no Estado, com foco no trecho da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Meia Ponte. Emanuel Pinheiro de Faria informou que as ações desenvolvidas pela SEAPA foram para: implementar medidas de apoio aos agricultores visando a melhoria da eficiência de uso de água nas atividades agropecuárias; orientar os agricultores para o cumprimento das restrições de captação de água, a adoção de sistema de monitoramento telemétrico das vazões captadas e também implementação dos mecanismos hidráulicos e, apoiar os produtores rurais na execução de ações de recuperação de pastagens degradadas entre outras ações de conservação do solo e produção de água e também realizar ações de estímulo de produção sustentável tendo como meta 1000 hectares a cada ano. Que entre as atividades foram feitas o plantio de mudas nativas em APPs; visitas de campo para viabilizar projeto de otimização de sistemas de irrigação utilizados em propriedades rurais na bacia do alto rio Meia Ponte; visitas a produtores rurais na bacia do alto rio Meia Ponte e Piancó com objetivo de orientar em relação à recuperação de nascentes e implantação de técnicas conservacionistas em suas propriedades. Que as atividades foram iniciadas em relação aos municípios de abrangência das duas bacias e foram feitas várias visitas periódicas a campo para viabilizar a utilização do sistema de irrigação. Que o objetivo da unidade demonstrativa é orientar os produtores em relação à modificação da área de conservação de solo e água e apresentar as técnicas em campo. Que já foram feitas curvas de nível e desvio da estrada que estava dentro da área de APP. Que entre as ações previstas para realização, tem parcerias com prefeituras. Em seguida, Thiago Castro informou sobre as ações desenvolvidas pela FAEG destacando cursos de capacitação continuada, como os de Mudanças climáticas e agricultura; Recuperação de pastagens degradadas; Tratamento de dejetos animais e Sistema de plantio direto, informando que estão disponíveis e gratuitos o ano todo para os produtores rurais. Que entre as ações para contribuir com a segurança hídrica da bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte, destaca

divulgações no site; participações na PUC TV; campanha direta com presidentes de comissões de meio ambiente e também a de irrigação, para conscientização e alerta sobre os níveis críticos e diminuição de vazão; debate sobre o reuso da água como atividade alternativa a escassez hídrica; reunião com representantes de sindicatos de Goiatuba, Itauçu e Pontalina; reunião de comissão de meio ambiente da FAEG para orientação dos membros; realização de um planejamento de uma campanha em mídias sociais para orientar sobre a questão de métodos e horários de irrigação. Como proposições, a FAEG defende o armazenamento e um programa de fomento de barragens; recuperação de áreas degradadas - programa de fomento; áreas produtivas como grandes contribuintes para recarregamento do lençol freático; parcerias de disponibilidade de vazão nas barragens e a regularização dos usuários. Em seguida, Elaine Lopes Noronha Farinelli apresentou as ações desenvolvidas pela FIEG, informando que na região específica da bacia do Meia Ponte existem três indústrias instaladas e todas com sistemas telemétricos já instalados e monitorados e todas também implantaram sistemas de reuso e duas das delas, quando ocorreu o nível III, já estavam voluntariamente no volume de redução. Que todas as empresas compõem o Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte e participam das discussões. Que a FIEG tem participado de todos os comitês de bacias hidrográficas do Estado e tem feito trabalhos de conscientização para a importância de preservação dos recursos naturais. Que houve reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da FIEG e o tema principal discutido foi a escassez hídrica. Que a FIEG tem um grupo formado para discutir a questão hídrica do rio Caldas, quanto a escassez no Distrito Agroindustrial de Anápolis e várias indústrias participam desse grupo e já houve vários avanços nas discussões e envolvimento das indústrias na questão de recursos hídricos, recuperando nascentes, fazendo reuso e recuperando voçorocas. Que o prédio da FIEG possui um reservatório de água de chuva com captação de 47.000 litros de água para utilização e isso corresponde a uma economia de 40% no uso de água. Que a FIEG elaborou em parceria com várias entidades, uma cartilha sobre preservação e conservação da água e do uso do solo que são distribuídas à população e também há uma rede de ensino no SENAI com mais de 5000 alunos onde há constantemente trabalho de educação ambiental. Que a Ambev, indústria na região de Anápolis, tem o programa "A água é da nossa conta" e a indústria está investindo em tecnologia e já conseguiu reduzir em 40% o consumo de

água, nos últimos 20 anos. Em seguida, Camila Dantas Lucio Roncato informou sobre as ações de enfrentamento à escassez hídrica na bacia do alto Meia Ponte desenvolvidas pela SANEAGO. Informou que Goiânia tem três pontos de captação, com atendimento universalizado a 1,5 milhão de habitantes de Goiânia. Que a SANEAGO conseguiu diminuir a dependência do sistema Meia Ponte, principalmente por causa da adutora de interligação que ocorreu em 2019 e que, em cumprimento à Deliberação, foi apresentado o plano de racionamento, já aprovado pelas agências reguladoras e que está disponível no site da SANEAGO. Que se chegar no Nível 4 e for necessário o plano de racionamento, está previsto a alternância dos bairros e também sobre os municípios que poderão ser afetados. Que, em cumprimento ao Decreto Estadual, foram realizadas ações de: redução de perdas, em 2019 Goiânia estava como a 2ª melhor capital em índice de perdas e hoje, comparado com o índice de perdas de 2019 da cidade de Campo Grande, Goiânia estaria em 1º lugar. Que houve um trabalho para a redução de perdas, principalmente com novos hidrômetros que foram trocados, trocas de ramal e válvulas redutoras de pressão. Que as cidades de Inhumas e Brazabranes estão com 12,5% de perdas, correspondendo a um índice de referência internacional. Que houve apoio ao monitoramento telemétrico dos usuários da bacia, sendo hoje 50 usuários da bacia do Meia Ponte e 10 usuários da bacia do Piancó; apoio na implementação de mecanismos hidráulicos em 4 barramentos da bacia do Meia Ponte; monitoramento fluviométrico em tempo real na sala de situação da SANEAGO; ações de médio e longo prazos, tendo o projeto Fundo Sócio Ambiental, para conservação, proteção e recuperação florestal em áreas de nascentes, com nove municípios, 84 nascentes sendo recuperadas e 172 propriedades, com área total em recuperação de 58 hectares, plantando aproximadamente 70 mil mudas, em um projeto de quase 2,5 milhões. Que destaca também o programa Produtor de Água com 29 proprietários participando no João Leite e o projeto Ser Natureza, em parceria com o Ministério Público, em várias cidades do Estado. Que também em relação a medidas de médio e longo prazos, tem os barramentos, com estudo hidrológico concluído, para garantir o abastecimento para a região metropolitana de Goiânia e Anápolis até 2070, sendo dois barramentos previstos para o rio Meia Ponte e um barramento no Rio dos Bois. Que para garantir o abastecimento é fundamental o zoneamento e decisões políticas para preservar as áreas ambientalmente. Que estão previstas 16 obras para serem

implementadas nos próximos cinco anos e que a conexão Cristina permitirá um aporte de mais 1.800 litros por segundo para a região que é atendida pelo Meia Ponte, além de Trindade, Goianira e Aparecida de Goiânia; também previsto para longo prazo tem o barramento do Caldas e o desenvolvimento de um programa para projetos de recuperação das bacias do Meia Ponte e do Piancó, para trabalhar com os produtores rurais de até quatro módulos fiscais, com a aquisição de 300 mil metros de cerca e 600 mil mudas para a recuperação de 700 nascentes em uma área de 400 hectares. Que foram realizadas campanhas para o uso racional da água, para mostrar de onde vem a água e a importância de cercar as nascentes e de fazer a recuperação ambiental. Em seguida, Daniela Haun de Araújo Serafim, do MPMO, disse que o termo crise hídrica poderia ser corrigido para crise climática, pois a crise hídrica é somente uma vertente da consequência do que está sendo vivido agora. Que André de Oliveira Amorim, da SEMAD, citou “por fim apontamos que as ocorrências dos eventos extremos serão cada vez mais iminentes em nosso Estado sendo necessárias ações estratégicas para mitigação desses fenômenos” e é importante que nesse momento, tenhamos as medidas a curto e médio prazos para podermos passar por essa situação, mas que é muito mais importante usar as experiências deste momento como paradigma para mitigar o que já nos espera no ano que vem. Que sugere o aprimoramento da fiscalização de monitoramento e gestão de controle de consumo, sem descuidar da fiscalização in loco até para confirmar a confiabilidade dos dados eletrônicos. Que em relação aos projetos, é necessário garantir a continuidade e o programa produtor de água precisa ser fortalecido e divulgado. Que propõe ao órgão licenciador do Estado que seja inserido nos estudos para o licenciamento ambiental um diagnóstico climático nos empreendimentos que exijam EIA e RIMA ou qualquer estudo ambiental. Que foi divulgada a aprovação do plano apresentado pela SANEAGO, com ressalva e questionou ao Eduardo Henrique da Cunha, Suplente, da AGR do que se trata a ressalva, se é significativas ou já corrigida. Em seguida, Eduardo Henrique da Cunha, apresentou as ações desenvolvidas pela AGR, destacando a sequência das atividades: apresentação do plano de racionamento aos reguladores; emissão de parecer da AGR com ressalvas; publicação da aprovação ad referendum pela AGR; envio, pela SANEAGO, do plano revisado; aprovação pelo colegiado. Que o plano prevê ações de comunicação e marketing, ações estruturais, com a interligação do sistema Mauro Borges ao

sistema Meia Ponte; ações ambientais, com controle de perdas e fontes alternativas para os usuários e, também, as ações operacionais, com o rodízio. Que a SANEAGO tem a obrigação de divulgar em seu site o plano de racionamento, já divulgado; apresentar o relatório da vazão do rio; dar acesso à fiscalização da AGR; no caso de Rodízio, deverá apresentar à AGR 72 horas antes o cronograma ajustado e atualizado de rodízio, contendo os dias exatos e as regiões e, para os usuários, com 48 horas, no site e meios de comunicação. Que a AGR vai acompanhar os meios de comunicação em relação ao rodízio ou outra medida de racionamento. Em seguida, João Ricardo Raiser passou para o ITEM 4 - Discussão e proposição de ações complementares para o enfrentamento à situação de escassez hídrica na bacia do Alto Rio Meia Ponte. Nicali Bleyer Ferreira dos Santos, da PUC, propôs que os dois Conselhos façam uma agenda de discussão e enfrentamento, com a proposição de um documento orientador aglutinando as iniciativas que já estão sendo desenvolvidas e pensando em propostas mais amplas para a construção de uma política de minimização dos impactos, aglutinando a questão de zoneamento, de recuperação efetiva de áreas degradadas, de recuperação de nascentes, criação e legalização de mais APAs. Marco José Melo Neves, da SEMAD, disse que concorda com a fala de Nicali Bleyer Ferreira dos Santos, pois é preciso agir com governança, gestão e gerenciamento. Que a SEMAD propôs verbalmente, no âmbito do Comitê da Bacia, que seja construído um programa de segurança hídrica para a bacia, com a visão do todo para o Estado, focado em bacias críticas que já foram diagnosticadas e o início da implementação com ações específicas para essas bacias ou para mananciais de abastecimento público. Fábio Miguel da Silva Borges, da AGEF, disse que na região metropolitana de Goiânia existem sistemas independentes e que alguns são interessantes do ponto de vista de qualidade técnica e questionou à SANEAGO quais são as possibilidades de firmar parcerias com esses municípios. Que a recuperação de áreas degradadas depende de um projeto de diagnóstico ambiental correto e suficiente, baseado na literatura e para isso, coloca a representação da entidade profissional a disposição para dar respaldo e melhorar o retorno esperado. Camila Dantas Lucio Roncato, da SANEAGO, informou que os municípios interessados enviam ofícios e a equipe técnica desenvolve o projeto para ser executado pelo município, mas no caso de já existir um projeto, o município deve apresentar na SANEAGO para avaliação. José Bento da Rocha, da SEMAD, disse que as ações propositivas serão compiladas, complementando às

que já estão acontecendo, e enviadas para todos os conselheiros para análise da câmara técnica proposta e que será criada com integrantes dos dois conselhos. Nicali Bleyer Ferreira dos Santos, da PUC, informou interesse em participar da câmara técnica. Não havendo mais pauta, José Bento da Rocha agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Andréa Vulcanis
Presidente do CEMAm
Presidente do CERHi

José Bento da Rocha
Secretário-Executivo do CEMAm

João Ricardo Raiser
Secretário-Executivo do CERHi

Ata aprovada na 14ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, em 12 de novembro de 2021.

Ata aprovada na 12ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi, em 03 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO RICARDO RAISER**, **Secretário (a) Executivo (a)**, em 19/10/2022, às 11:08, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE BENTO DA ROCHA**, **Subsecretário (a)**, em 26/10/2022, às 12:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA VULCANIS**, **Secretário (a) de Estado**, em 11/11/2022, às 10:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000034013816** e o código CRC **ADBBE727**.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CEMAm
Rua 82, Nº 400, 2º andar, Palácio Pedro Ludovico Teixeira -
Centro
CEP: 74.015-908 Goiânia - GO
Fone (62) 3201-5251 - cemam.meioambiente@goias.gov.br
www.meioambiente.go.gov.br



Referência: Processo
nº 202200017008949



SEI 000034013816